



# **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**Brasília (DF), 27 de agosto de 2019.**

**Pronunciamento do Presidente do Banco Central do Brasil  
Roberto Campos Neto na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado**



Excelentíssimo senhor senador Omar Aziz, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos,  
Excelentíssimo senhor senador Plínio Valério, vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos,  
Excelentíssimas senhoras senadoras e excelentíssimos senhores senadores,  
Senhoras e senhores aqui presentes,

É sempre uma grande honra retornar ao Senado e a esta Comissão para prestar esclarecimentos a Vossas Excelências e à sociedade brasileira, em atendimento ao contido nos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa, e discorrer sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária, bem como atender ao Requerimento 91, de 2019, de autoria do Senador Eduardo Braga, para debater a política de juros e crédito no Brasil.

Iniciarei a fala de hoje apresentando minha avaliação sobre as condições, atuais e prospectivas, do cenário internacional e da economia doméstica, e também a visão do Banco Central sobre os desafios da política monetária e os avanços na modernização de nosso mercado financeiro promovidos por ações de nossa Agenda BC#.

-----

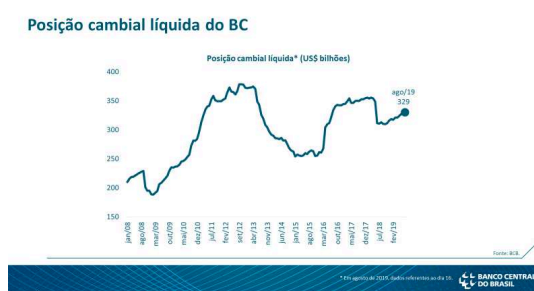


## Cenário externo



Em relação à economia internacional, o cenário se mostra benigno, em decorrência das mudanças de política monetária nas principais economias. Bancos centrais de diversas economias, incluindo algumas centrais, proveram estímulos monetários adicionais, o que contribuiu para o afrouxamento das condições financeiras globais.

Entretanto, os riscos associados a uma desaceleração da economia global permanecem. As incertezas sobre políticas econômicas e de natureza geopolítica – notadamente as disputas comerciais e tensões geopolíticas – podem contribuir para um crescimento global ainda menor.



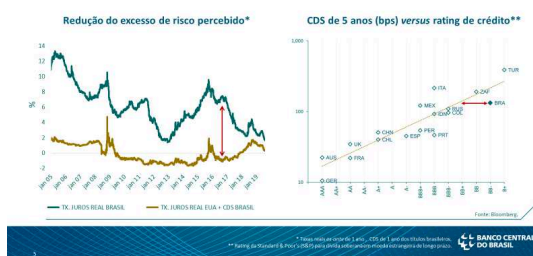
Diante desses riscos, volto a destacar a capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver eventual revés no cenário internacional. Possuímos um balanço de pagamentos robusto, expectativas de inflação ancoradas, e há perspectiva de retomada do processo de recuperação econômica.

Adicionalmente, contamos com um estoque de reservas internacionais próximo de US\$389 bilhões. Para dar ainda mais transparência ao que já temos comunicado, começamos a divulgar a série de Posição Cambial Líquida do Banco Central, que considera toda a exposição cambial do BC. De acordo com esse conceito, que é complementar ao conceito tradicional de reservas internacionais, a posição cambial líquida do BC é de US\$329 bilhões.

A robustez da economia brasileira frente aos riscos do cenário externo também depende da perspectiva de continuidade das reformas estruturais, no que esta Casa tem fundamental relevância.



### Aumento da credibilidade da economia brasileira

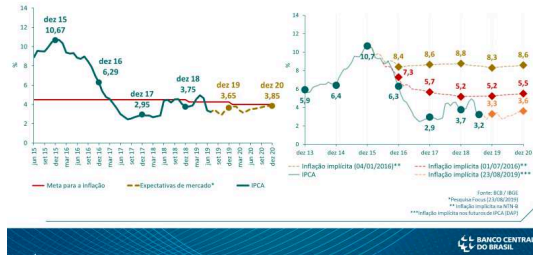


O alívio nas condições financeiras internacionais tem se mostrado uma janela de oportunidade para países que seguem o caminho das reformas, e vejo que estamos aproveitando essa janela. O trabalho deste Congresso, do Governo e do Banco Central tem resultado em quedas expressivas do prêmio de risco do Brasil. Atualmente, o grau de risco da economia brasileira, percebido por agentes de mercado, é compatível com uma melhoria em nossa nota pelas agências de avaliação de risco.

-----



### Controle da inflação e ancoragem das expectativas



### Controle da inflação, ancoragem das expectativas e credibilidade do BC

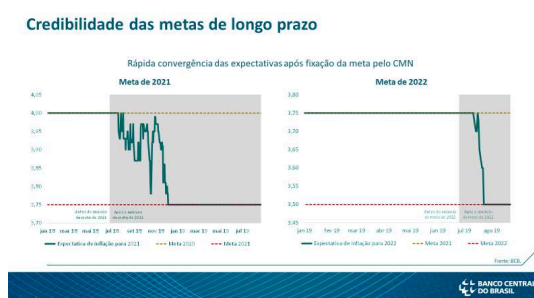
Excelentíssimas senhoras senadoras e excelentíssimos senhores senadores,

Nossa economia tem sofrido diversos choques ao longo dos últimos anos. Por isso, considero fundamental uma condução da política monetária voltada à consolidação da credibilidade do Banco Central, reconstruída nos anos recentes.



A inflação, que chegou a 10,7% em 2015, foi reduzida significativamente. No acumulado em 12 meses, a inflação encontra-se hoje em 3,22%. Diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária.

As expectativas de inflação permanecem ancoradas em torno das metas. Segundo a pesquisa Focus, as expectativas de inflação para 2019, 2020 e 2021 encontram-se em 3,65%, 3,85% e 3,75%, respectivamente.



A credibilidade da política monetária também se reflete nas expectativas de inflação para 2022, que convergiram rapidamente para a meta de 3,5% após seu anúncio em junho, em decisão do Conselho Monetário Nacional.



A consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas de inflação têm permitido a redução consistente da taxa de juros. A taxa Selic, de 14,25% a.a. em outubro de 2016, encontra-se em 6,0% a.a., tendo recentemente renovado seu mínimo histórico.

O presente processo de flexibilização monetária tem levado também à queda da taxa de juros real *ex-ante*, que se encontra atualmente em torno de 1,7% ao ano, nível que tende a estimular a economia.



### Política Monetária

- Assim, em sua última reunião, o Copom decidiu, por unanimidade, pela redução da taxa básica de juros em 0,50 p.p., indo para 6,00% a.a.
- A conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural.

10

BANCO CENTRAL  
DO BRASIL

## Política monetária

Excelentíssimas senhoras senadoras e excelentíssimos senhores senadores, quanto à condução da política monetária, o Copom decidiu em sua última reunião, por unanimidade, pela redução da taxa básica de juros para 6,00% a.a.

A economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego.

As expectativas de inflação estão ancoradas, as medidas de inflação subjacente estão em níveis confortáveis, e as projeções indicam inflação em 2020 em torno ou abaixo da meta.

Esta conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural.

### Política Monetária – Riscos para o Cenário básico

- **Risco de redução da inflação:**
  - i. o nível de ociosidade elevado pode continuar produzindo trajetória prospectiva abaixo do esperado.
- **Riscos de elevação da inflação:**
  - ii. uma eventual frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária.
    - O risco (ii) se intensifica no caso de:
      - iii. reversão do cenário externo benigno para economias emergentes.
- O balanço de riscos para a inflação evoluiu de maneira favorável, o risco (ii) ainda é preponderante.

11

BANCO CENTRAL  
DO BRASIL

No nosso cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Por um lado, o nível de ociosidade elevado pode continuar produzindo trajetória prospectiva abaixo do esperado. Por outro lado, uma eventual frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária.



Esse último risco se intensifica no caso de reversão do cenário externo benigno para economias emergentes. Nossa avaliação é que o balanço de riscos para a inflação evoluiu de maneira favorável, mas consideramos que o risco relacionado às expectativas de andamento das reformas e ajustes ainda é preponderante.

#### Política Monetária – Próximos passos

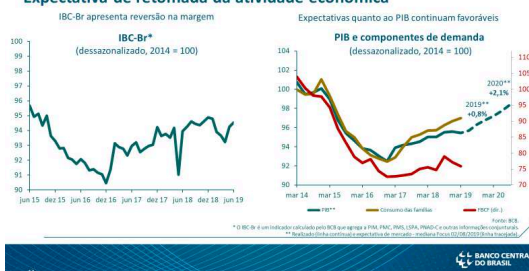
- A consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva deverá permitir ajuste adicional no grau de estímulo
- Os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

12

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva deverá permitir ajuste adicional no grau de estímulo monetário. É fundamental enfatizar que essa comunicação não restringe a próxima decisão do Copom e que os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

#### Expectativa de retomada da atividade econômica



13

BANCO CENTRAL DO BRASIL

#### Atividade econômica

Em relação à atividade econômica, dados recentes sugerem a possibilidade de retomada do processo de recuperação da economia brasileira, que tinha sido interrompido nos últimos trimestres. Nosso cenário supõe que essa retomada ocorrerá em ritmo gradual.

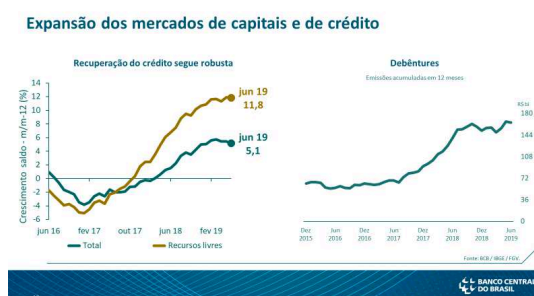
Conheceremos os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre nesta quinta-feira. Com base nos dados disponíveis, estimamos que o PIB tenha ficado estável ou crescido ligeiramente. Para os trimestres seguintes esperamos alguma aceleração, que deve ser reforçada



pelo efeito da liberação de recursos do FGTS e PIS-PASEP. Não obstante essa aceleração, nosso cenário básico supõe que o ritmo de crescimento subjacente da economia será gradual.

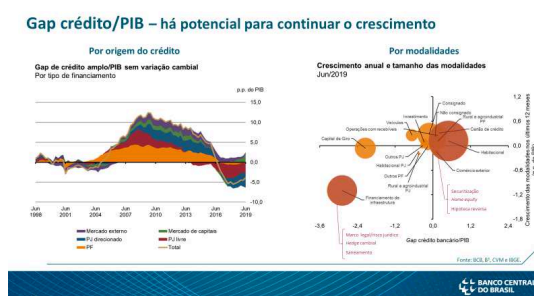
Em um contexto de pouco espaço fiscal para investimentos públicos, reiteramos a importância da continuidade do processo de reformas e ajustes que gerem sustentabilidade da trajetória fiscal futura. Ao reduzirem incertezas fundamentais sobre a economia brasileira, as reformas tendem a estimular o investimento privado.

Entendemos que uma retomada mais robusta da economia depende também da agenda microeconômica, que inclui iniciativas que visam ao aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios. Esses esforços são fundamentais para a retomada da atividade econômica e da trajetória de desenvolvimento da economia brasileira. Iniciativas na agenda estrutural do Banco Central – Agenda BC# – contribuem para esse processo, e têm encontrado respaldo nos anseios deste Congresso Nacional.



## Mercados de crédito e de capitais

As expectativas positivas em relação à retomada do processo de crescimento econômico se refletem no mercado de crédito. O saldo das operações com recursos livres vem crescendo a uma taxa interanual próxima a 12% a.a. Também o mercado de capitais tem mostrado uma evolução muito favorável, com o volume de emissões de debêntures acumulado em 12 meses crescendo 19% em junho, quando comparado ao mesmo período de 2018.



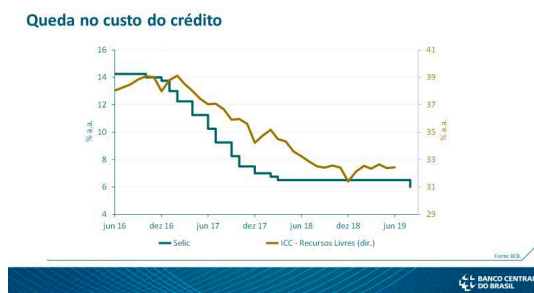




Mesmo com um crescimento robusto do crédito avaliamos que há potencial para continuar nessa trajetória favorável de crescimento, principalmente no crédito às empresas. Para fomentar esse crescimento são necessárias ações focadas em duas modalidades de crédito: o crédito imobiliário e o financiamento à infraestrutura.

Para fomentar o crédito imobiliário é preciso modernizar e aumentar o alcance das ferramentas de securitização; viabilizar a expansão do mercado de *home equity*, desmobilizando um amplo estoque de capital para dinamizar a atividade econômica; e também criar ferramentas adequadas de hipoteca reversa.

No financiamento à infraestrutura, é necessário reformar o marco legal, buscando reduzir seu risco jurídico; fomentar o desenvolvimento de um mercado privado de *hedge cambial* de longo prazo; e garantir acesso do capital privado a projetos de saneamento, para reduzirmos o déficit que temos no setor.



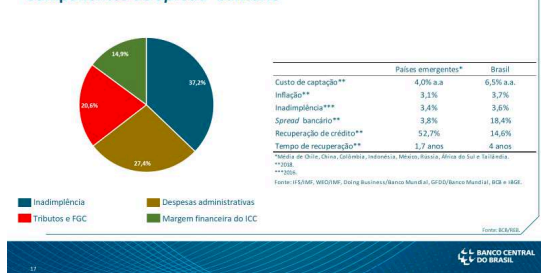
Em relação ao custo do crédito, é importante ressaltar que as taxas de juros bancárias vêm diminuindo. O Indicador de Custo de Crédito (ICC) do segmento livre recuou de 39,08% a.a. em outubro de 2016 para 32,43% a.a. em junho de 2019, uma queda de quase 7 p.p.

A redução do ICC acompanhou a redução na taxa Selic, que diminuiu de 14,25% a.a., em outubro de 2016, para 6,00% a.a. neste mês, uma queda de 8,25 p.p.

Essa redução, porém, não é suficiente, e estamos empenhados na busca por soluções que levem a reduções adicionais do custo do crédito. Nosso trabalho é buscar reduzir as taxas de juros bancárias de forma estrutural e não voluntarista. Para isso, é fundamental ter um bom diagnóstico dos determinantes do elevado custo do crédito no Brasil.



### Componentes do Spread bancário

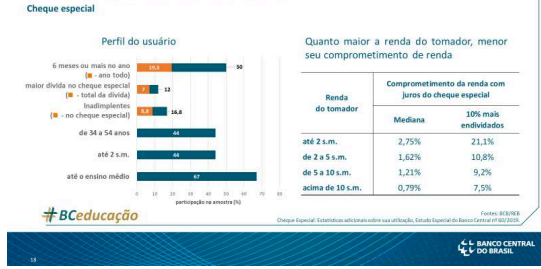


Segundo estimativas que apresentamos no último Relatório de Economia Bancária, a inadimplência é o fator que responde pela maior parcela do *spread* bancário, correspondendo a cerca de 37% do total. As despesas administrativas, segunda maior parcela, respondem por cerca de 27% e as obrigações tributárias respondem por 21%. Por fim, a margem financeira das instituições corresponde a aproximadamente 15% do *spread*.

Tendo como pano de fundo esse diagnóstico, o Banco Central busca identificar medidas estruturais que contribuam para a redução do custo do crédito no Brasil, que estão presentes em nossa agenda de trabalho, a Agenda BC#. A Agenda BC#, dando seguimento às ações da Agenda BC+, foi desenhada para reduzir as distorções que se acumularam no sistema financeiro ao longo de um período de hiperinflação seguido por um período de juros básicos elevados.

O que buscamos é fomentar um ambiente competitivo, transparente, e que produza como resultado crédito mais barato, abundante e consumido de forma sustentável.

### Linhas emergenciais são regressivas



Ainda em relação às taxas de juros bancárias, o Banco Central tem estudado em mais detalhes as linhas emergenciais, como o rotativo do cartão de crédito e o cheque especial. Essas linhas são amplamente utilizadas pela parcela de baixa renda da população, como mostrou estudo sobre o cheque especial que publicamos recentemente no Relatório de Economia Bancária. O comprometimento da renda dos usuários dessa modalidade varia de forma inversa à renda, isto é, quanto maior a renda do tomador, menor o comprometimento.



### Cheque especial, educação financeira é chave

Espaço para avançar junto aos usuários:

- Compreensão do funcionamento do instrumento
- Capacidade de escolha dos instrumentos mais adequados às suas necessidades

Ação:  
Educação Financeira

#BCeducação

Fonte: BC/IBD



A educação financeira e a transparência do produto são peças chave para tratar desse problema. É preciso avançar nas ações voltadas aos usuários, promovendo a compreensão do funcionamento dos instrumentos, e lhes garantindo a capacidade de escolha daqueles mais adequados às suas necessidades.



Também no mercado de cartões de crédito temos conseguido avanços, com medidas para criar um ambiente de maior concorrência no setor. Uma demonstração disso é que a participação de mercado dos dois maiores credenciadores de cartões de crédito caiu de 84,5%, em 2015, para 69%, em 2018. A maior concorrência tem se refletido em redução do custo para lojistas e prestadores de serviço, em produtos financeiros mais completos e de melhor qualidade, e na disponibilização mais rápida das receitas de venda.

Do ponto de vista dos consumidores, o Banco Central adotou em 2017 regras que incentivaram os bancos a oferecer linhas de crédito mais adequadas, parceladas, para clientes que permanecem mais de um mês no rotativo do cartão de crédito. Desde então temos observado uma queda na participação do rotativo em relação ao saldo total do cartão de crédito.

Gostaria de reafirmar que o Banco Central está atento a estas questões. Continuamos avançando tanto no diagnóstico quanto na formulação de soluções para as ineficiências do mercado de crédito no Brasil, tarefa na qual conto com o apoio desta Comissão.

-----



## Agenda de reformas

O processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira tem avançado e para isso temos contado com a colaboração ativa desta Comissão – como exemplificado pela apreciação e proposição de matéria de grande importância e pelo relatório de reformas microeconômicas aqui elaborado por iniciativa do Senador Armando Monteiro. Gostaria de destacar que a continuidade desse processo é essencial para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia.

A percepção de continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes. Em particular, avanços concretos nessa agenda são fundamentais para a consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva.

Como já destaquei anteriormente, para além das reformas de natureza fiscal, patamares mais robustos de crescimento dependem igualmente de iniciativas que visam ao aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios.

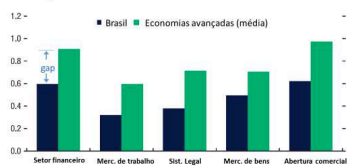
E nesse intuito, o BC tem muito a contribuir por meio de reformas do SFN, buscando criar as condições necessárias para que este cumpra seu papel, que é o de promover a alocação eficiente de recursos entre as atividades econômicas.

Para isso, é necessário avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento de nossos mercados. O mercado precisa se libertar da necessidade de financiar o governo e se voltar para o financiamento ao empreendedorismo.



### Por que a agenda de reformas?

Reformas estruturais: estágio atual\*



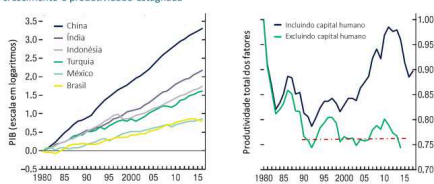
Para ilustrar os potenciais impactos das reformas sobre a economia brasileira, vou apresentar alguns resultados de um estudo recente publicado pelo Fundo Monetário Internacional, o FMI.

O estudo *“Brazil: boom, bust, and the road to recovery”*<sup>1</sup> evidencia que o Brasil está atrasado na agenda de reformas estruturais necessárias à construção de uma economia de livre mercado.

Há avanços a serem feitos no mercado de trabalho, no mercado de bens e serviços, em nosso sistema legal, e em relação à nossa abertura comercial. Além disso, diretamente relacionado ao campo de atuação do BC, temos avanços a cumprir na reforma do setor financeiro.

### Por que a agenda de reformas?

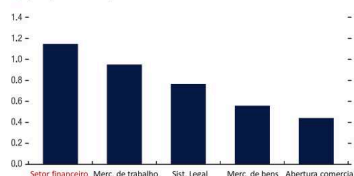
Baixo crescimento e produtividade estagnada



Considerando o crescimento econômico acumulado desde o início dos anos 80, nós ficamos para trás em comparação a vários de nossos pares internacionais. A produtividade da economia brasileira também não mostrou avanços importantes.

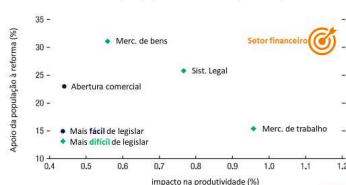
### Por que a Agenda BC#?

Fechamento do gap: impacto sobre produtividade



### Por que a Agenda BC#?

Reformas no setor financeiro têm apoio popular e elevado impacto na produtividade



<sup>1</sup> Brazil: boom, bust and road to recovery; Spilimbergo, Antonio & Srinivasan, Krishna; International Monetary Fund, June 2019.



Ao avançarmos nas reformas, estaremos dando uma grande contribuição para o crescimento da produtividade de nossa economia. Nesse sentido o Congresso Nacional, o Governo e o BC têm muito a contribuir. Em particular, estima-se que reformas no setor financeiro são as que têm o maior impacto potencial sobre a produtividade, e as que têm o maior apoio da população. Por isso, precisamos avançar na Agenda BC#.

-----

#BCInclusão	#BCcompetitividade	#BCtransparência	#BCeducação
<ul style="list-style-type: none"><li>Cooperativismo</li><li>Microcrédito</li><li>Conversibilidade</li><li>Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Inovações</li><li>Eficiência de Mercado</li><li>Reservas Internacionais</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Crédito Rural</li><li>Crédito Imobiliário</li><li>Relacionamento</li><li>Inv. Internacionais</li><li>Congresso</li><li>Comunicação das Ações da BC</li><li>Transparência da Política Monetária</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Ed. Financeira nas Escolas</li><li>Superendividados</li><li>Público de Baixa Renda</li><li>Museu de Economia</li><li>Ações em Conjunto com o Sistema Financeiro</li></ul>

Estágio de andamento, de 0 a 4

23

## Agenda BC#

Excelentíssimas senhoras senadoras e excelentíssimos senhores senadores, quando estive nessa Casa, por ocasião da sabatina para o cargo de presidente do Banco Central, expus as minhas ideias para a construção de um sistema financeiro moderno, eficiente e inclusivo, e ressalti quatro dimensões para democratizar o acesso ao mercado de capitais no Brasil. Ao longo de minha fala, naquela ocasião, abordei, de maneira geral, medidas para que o mercado financeiro pudesse crescer de maneira inclusiva através de regras inovadoras que envolvam tecnologia.

Aquelas ideias tomaram forma por meio de ações estruturadas dentro da Agenda BC#. Gostaria de falar agora das diversas medidas que temos adotado, organizadas em quatro dimensões: **Inclusão, Competitividade, Transparência e Educação Financeira.**

A agenda segue duas premissas. Primeiro, que um amplo processo de democratização financeira está associado a um maior crescimento do PIB. Segundo, que a redução da necessidade de financiar o Governo abre espaço para financiar o investimento privado.



#### Agenda BC# – Ações recentes

- Lei da Duplicata Eletrônica
- Lei do Cadastro Positivo
  - A regulamentação, em julho deste ano, da nova Lei do Cadastro Positivo, promulgada em abril.
- Ambas servirão para melhorar as condições de concorrência no mercado de crédito e o *spread* bancário.

4 BANCO CENTRAL DO BRASIL

Duas importantes leis recentes, dentro dessa agenda microeconômica, são a Lei do Cadastro Positivo e a Lei da Duplicata Eletrônica. Ambas são fruto do trabalho do Congresso em cooperação com a agenda de reformas do Governo e servirão para melhorar as condições de concorrência no mercado de crédito.

Em cada uma de suas dimensões, as ações da Agenda BC# estão organizadas em grupos de trabalho, que já estão em pleno funcionamento e começam a entregar seus resultados.

Entre as ações da Agenda BC# eu gostaria de fazer os seguintes destaques:

- Em relação à nova Lei do Cadastro Positivo, presto contas da sua evolução nos últimos seis meses, tal como acordado por ocasião de sua aprovação. Em julho deste ano concluímos a regulamentação da lei promulgada em abril, que passará a ser uma ferramenta efetiva no rol de instrumentos atualmente em uso pelo BC no combate ao *spread* bancário.

#### Agenda BC# – Alguns destaques

- **Novos instrumentos de captação pelas cooperativas de crédito**
  - Empregando a rede de cooperativas como um instrumento de distribuição de fundo, aumentando a concorrência onde o crédito é mais necessário.
- **Iniciativa de Mercado de Capitais:** ações para facilitar o acesso de investidores e promover a concorrência na oferta de fundos.
  - O arcabouço de um *sandbox* regulatório para inovações em modelos de negócio no setor será apresentado em breve.

4 BANCO CENTRAL DO BRASIL

- Em relação ao cooperativismo, trabalhamos na ampliação dos instrumentos de captação das cooperativas de crédito, que já passou a permitir a captação de poupança rural e em breve deverá ampliar a captação através de letra financeira. A rede de cooperativas pode ser empregada como um instrumento de distribuição de fundos, o que aumenta a concorrência onde o crédito é mais necessário.
- Na Iniciativa de Mercado de Capitais – uma cooperação entre Banco Central, Ministério da Economia, CVM e Susep – o intuito é facilitar o acesso de investidores ao mercado e promover a concorrência na oferta de fundos. Apresentaremos em breve o arcabouço de um *sandbox*



regulatório, uma forma de acelerar a entrada de novas tecnologias e novos modelos de negócio no setor. Precisamos aproveitar os ganhos de eficiência e de competição que o avanço tecnológico pode proporcionar.



- O projeto de simplificação cambial busca o alinhamento de nossa legislação às melhores práticas internacionais e às necessidades de uma economia globalizada. É preciso modernizar, simplificar e dar segurança jurídica ao setor. Para isso, o projeto promove a consolidação e revogação de mais de 40 instrumentos normativos editados desde 1920. Também promove o fim de exigências superadas e a possibilidade de incorporar novos modelos de negócio e novos competidores neste mercado. Esse é um primeiro passo para em direção à conversibilidade de nossa moeda.

**Agenda BC+ – Home Equity: elevado potencial**

Em um cenário conservador, cerca de R\$ 500 bilhões podem ser injetados no mercado, quase dobrando a atual carteira de crédito imobiliário.

R\$ bilhões	
Base Bruta	12.000
Índices não qualificados ou irregulares	400
Impossibilidade de colateralização	50%
Base líquida	5.000
Ativos	10%
Colateral disponível	35%
Emprego de garantias	10%
Ampliação da carteira	300
	30%
Cenário conservador (prob.)	0,7%
	3%
Liberação esperada de recursos	500

1. Base Bruta da carteira de BC+ inclui: crédito imobiliário; 2. Base líquida da carteira de BC+ inclui: crédito imobiliário; 3. Índice de qualidade de crédito não qualificado ou irregular; 4. Índice de qualidade de crédito não qualificado ou irregular; 5. Índice de qualidade de crédito não qualificado ou irregular.

- O projeto de home equity tem potencial de elevar o volume de concessões e reduzir as taxas de juros no mercado de crédito. Em um cenário razoavelmente conservador, estimamos que um valor bruto de R\$ 500 bilhões pode ser injetado no mercado crédito no longo prazo. Esse montante corresponde quase ao total do saldo da carteira atual de crédito imobiliário. Além disso, devido a suas melhores garantias, essa modalidade tende a apresentar taxas de juros menores que as linhas usuais voltadas para consumo.





#### Agenda BC# – Alguns destaques

- Substituição, nos financiamentos imobiliários, da TR pelo IPCA como indexador dos contratos.
  - É um passo em direção à flexibilização do mercado imobiliário.
  - Permite sua integração ao mercado de capitais e facilitando a utilização do recurso da securitização.
  - Tem potencial de ampliar a participação do capital privado no setor.

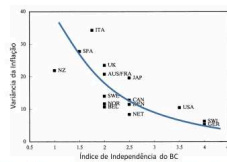
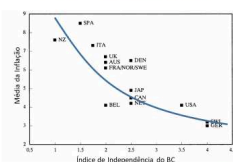


- Outra importante iniciativa recente foi a permissão de uso, nos financiamentos imobiliários, do IPCA como indexador dos contratos. Essa mudança dá um passo em direção à flexibilização do mercado imobiliário, permitindo sua integração ao mercado de capitais e facilitando a utilização do recurso da securitização, o que tem potencial de ampliar a participação do capital privado no setor.
  - O déficit habitacional supera o número de 6 milhões de unidades habitacionais. Para resolver esse problema é necessário darmos robustez ao nosso mercado de financiamento imobiliário. Por isso, o BC vem atuando em reformas nos arcabouços legal e regulatório, buscando dar a segurança necessária para permitir o crescimento sustentável de um mercado imobiliário eficiente.
  - O tamanho do déficit habitacional dá uma ideia do longo caminho que temos a percorrer, mas reforço a ideia de que iniciativas voluntaristas, que forcem respostas insustentáveis às demandas desse segmento não são a solução. A insegurança financeira gerada por recentes programas habitacionais serve para ilustrar esse ponto.

-----

#### Colaboração com o Congresso – pauta de curto prazo

- Autonomia do Banco Central - Países com BCs mais autônomos têm nível de inflação menor e menor volatilidade da inflação



Fonte: Alesina, G., Wacziarg, R. (2007). Central Bank Independence and Macroeconomic Performance: Some Comparative Evidence.

#### Colaboração com o Congresso – pauta de curto prazo

- Autonomia do Banco Central
  - Submete o BC a objetivos estabelecidos em lei e pelo CMN.
  - Reduz instabilidade econômica em períodos de transição de governo.
  - Alinha o BC às melhores práticas internacionais.
- A vinculação administrativa da UIF ao BC.
  - Nomeação dos membros do Conselho Deliberativo pelo Presidente do BC.
- Atribuições da Diretoria Colegiada do BC:
  - Aprovar o regimento interno da UIF, delimitando suas competências e atribuições; e
  - Regular o processo administrativo sancionador no âmbito da UIF
- O arranjo institucional garante à UIF a manutenção e a ampliação de toda a extensão de sua autonomia técnica e operacional.



Destaco também uma das ações da Agenda BC# posta em andamento com a colaboração dessa Casa, atualmente em trâmite no Congresso: o Projeto de Lei Complementar que dá autonomia operacional ao BC. Como tenho destacado, um BC autônomo reduziria o custo de condução de política monetária voltada à estabilidade de preços, por meio do aumento de sua credibilidade, ao



mesmo tempo em que estaria melhor equipado para promover as mudanças necessárias em nosso sistema financeiro.

Em relação a esse último aspecto, a recente instituição da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), administrativamente vinculada ao BC, exemplifica essas mudanças.

Vejo na integração da UIF ao BCB, nesse momento que precede a autonomia *de jure* do Banco, um importante passo para a implantação de uma estrutura autônoma que permitirá a continuidade e o aprimoramento do bom trabalho desempenhado pelo Coaf. E estou seguro que os termos do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2019, de iniciativa do Poder Executivo, com as alterações que o Congresso venha a promover, irão garantir os necessários mecanismos de blindagem técnica e operacional à UIF, e autonomia ao BC, dando uma segurança ainda maior ante eventuais pressões de poderes políticos ou econômicos.

A vinculação administrativa da UIF ao BC se dará por dois canais. Primeiramente, pela nomeação dos membros do Conselho Deliberativo – tanto do Presidente da UIF como de seus Conselheiros – pelo Presidente do BC. E também pelas atribuições da Diretoria Colegiada do BC: i) de aprovar o regimento interno da UIF, delimitando suas competências e atribuições; e ii) de regular o processo administrativo sancionador no âmbito da UIF.

Destaco que a UIF será ligada ao BC, mas não será um departamento do Banco. E que o provimento de pessoal da Unidade não se confundirá com o provimento de pessoal para o BC. Esse arranjo garante à UIF a manutenção e a ampliação de toda a extensão de sua autonomia técnica e operacional.

Em suma, a criação da UIF com uma estrutura ligada ao BC, absorvendo as atribuições do Coaf, em associação à autonomia *de jure* do Banco Central, será um passo importante tanto em nossa integração à comunidade internacional quanto na geração de inteligência financeira voltada ao combate de ilícitos em nosso país.

Os últimos 20 anos são forte testemunho de que a condução autônoma da política monetária, com transparência e responsabilidade, conduz simultaneamente a patamares mais baixos de inflação e de juros. Os termos do Projeto de Autonomia do BC, com as alterações que o Congresso venha a promover, irão garantir a necessária segurança técnica e operacional, oferecendo, ao BC e à UIF,



uma condição ainda melhor de continuidade aos trabalhos que essas instituições têm prestado à sociedade.



Mas a agenda desenvolvida ao longo desses últimos seis meses não se limita a essas ações destacadas. As ideias que apresentei por ocasião de minha sabatina nesta Comissão estão sendo trabalhadas através de várias iniciativas.

Na dimensão de **inclusão**, além das ações voltadas ao cooperativismo, das medidas para a conversibilidade do Real e da iniciativa de mercado de crédito já destacadas, temos trabalhado também no desenvolvimento de um mercado privado de *hedge cambial* de longo prazo e numa ampla agenda para o setor de microcrédito, tais como ampliação da oferta de microcrédito, criação dos mecanismos de mensuração e acompanhamento, redução da assimetria de informação entre credor e devedor, expansão da quantidade e qualidade de garantias para o microcrédito, incorporação dos ganhos de escala em operações de microfinanças etc.

Na dimensão de **competitividade**, temos trabalhado para elevar a competição de mercado por meio de ações que promovam inovação e eficiência de mercado, tais como: aprimoramento da assistência financeira de liquidez, redução estrutural de recolhimento compulsório, projeto de lei de resolução bancária, sistema de pagamentos instantâneos e de *open banking*, digitalização e desmaterialização de títulos de crédito, projeto de risco cibernético, incentivo ao mercado secundário de crédito privado e de títulos públicos federais, melhora na instrumentalização de câmbio, adoção de novos instrumentos de atuação cambial, entre outras.

Na dimensão de **transparência**, temos trabalhado em ações no setor de crédito imobiliário, como a criação de ferramentas adequadas de hipoteca reversa e as já mencionadas introdução do IPCA como indexador de contratos imobiliários e o *home equity*, medidas para aperfeiçoar o modelo de política agrícola relacionado ao crédito e à gestão de risco da atividade rural, aprimorar o relacionamento do Banco Central com o Congresso Nacional, aperfeiçoar as ações de comunicação



do Banco Central ampliando o contato com a mídia e com o público e intensificando o uso de mídias sociais.

Por fim, na **dimensão de educação financeira**, nossas ações buscam promover a participação de todos os agentes e desenvolver a cultura de poupança em nossa população. Algumas iniciativas são: levar educação financeira a escolas públicas do ensino fundamental, fomentar ações de educação financeira com o SFN, ações de apoio ao superendividado, educação e soluções financeiras ao público de baixa renda.

Gostaria de enfatizar que a Agenda BC# é uma agenda de Estado, alinhada a temas fundamentais para os membros dessa Comissão, e que depende em muitos pontos do apoio e da contribuição do Congresso Nacional para a sua concretização.

-----

Excelentíssimas senhoras senadoras e excelentíssimos senhores senadores,

Essas foram minhas considerações iniciais. Coloco-me à disposição de Vossas Excelências para prestar as informações que considerarem necessárias.

